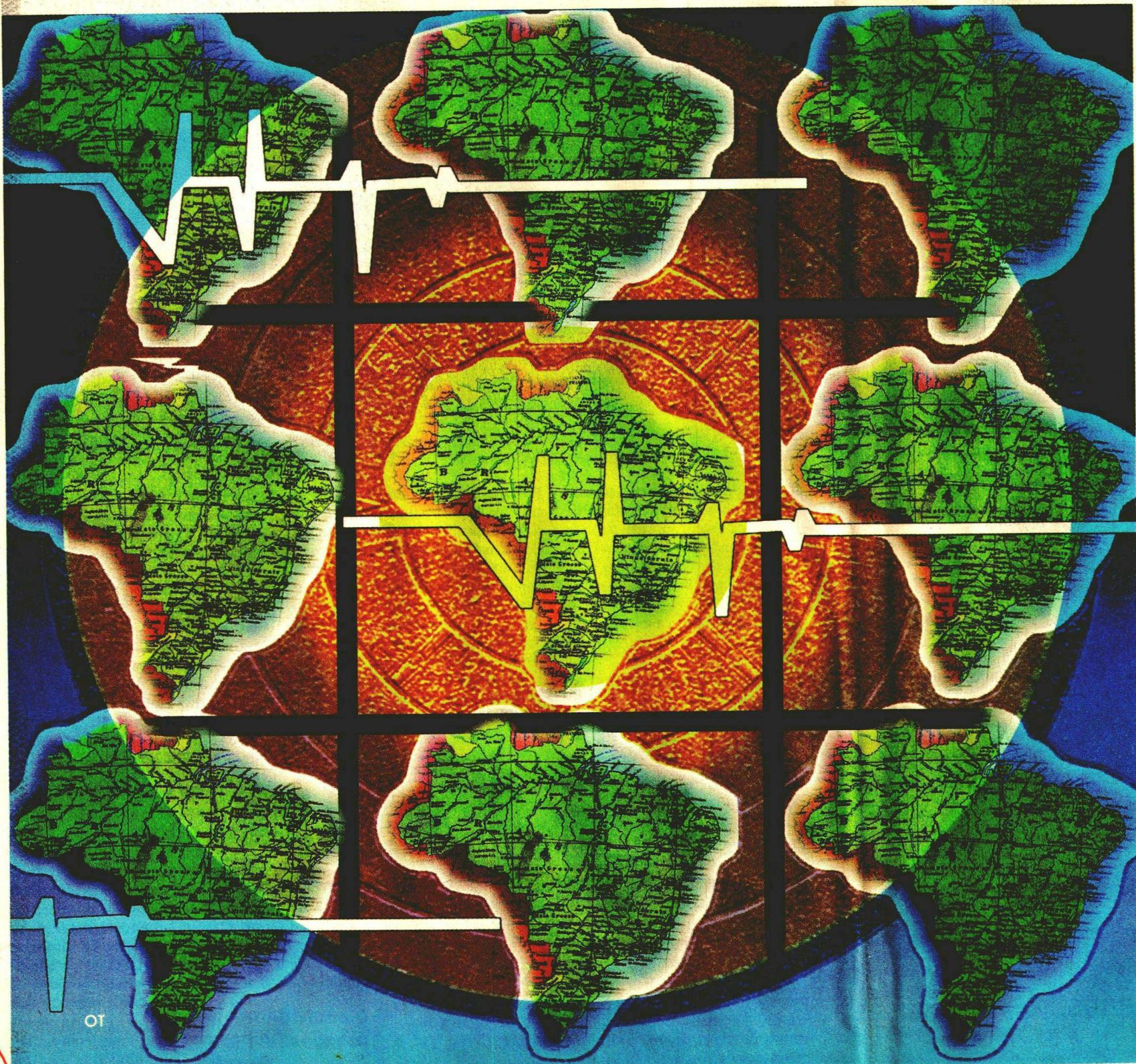


Nove sorrisos e uma feia careta



Razões de uma expansão duradoura no Brasil do ano 2000 e a eterna dúvida sobre a possibilidade de uma nova crise cambial

Mario de Almeida
de São Paulo

Está na hora de reconhecer e tirar máximo proveito de uma situação que, promissora nas cifras, ainda não tocou a intuição de empresas ou consumidores: a presente expansão brasileira é bastante sólida para figurar na lista dos três períodos de crescimento mais duradouros desde que a industrialização tomou pé neste país, na arranque da II Guerra Mundial.

As duas fases anteriores de progresso acelerado que ficaram registradas na memória coletiva, 1953-60 e sobretudo 1968-75, foram consequência imediata e direta de reformas modernizadoras. A primeira surgiu do esforço para atrair investimentos estrangeiros e de gastos estatais com energia e estradas no Sudeste. A segunda, das reformas financeira e do Estado, concebidas pelo ministro Roberto Campos sob o governo militar instalado em abril de 1964.

Desta vez, o indutor resulta da estabilidade de preços, da abertura parcial do mercado à competição, da maior oferta de serviços públicos que acompanha a privatização e do câmbio flexível operado com eficácia.

O produto mais importante dessa composição é a formação de uma sociedade de consumo de massa, que por sua vez fará desabrochar uma nova classe média totalmente diferente da que conhecemos, cuja origem estava nas concessões do vértice da pirâmide social. Em vez de juízes, exatores de tributos ou engenheiros sequiosos por vagas em estatais, os vencedores do momento estão vindo das redes de lavanderias, centrais de venda por telefone e montadoras de equipamentos elétricos.

Bem conduzida, a presente expansão pode durar no mínimo quatro anos. Não será muito mais duradoura, pois aqui faltam capitais para realimentar investimentos e manter ganhos de produtividade.



A ECONOMIA

A necessidade por recursos externos determinará uma retração, ou porque as autoridades monetárias tentarão controlar o fluxo de saída, ou pela eclosão de uma crise cambial da mesma natureza das que liquidaram com os precedentes ciclos de crescimento. O que se lerá nas três páginas seguintes reúne nove razões objetivas para explicar a convergência de fatores positivos desta expansão longa. E mostrará também a principal fraqueza dessa trajetória. ■

Nove sorrisos e uma feia careta

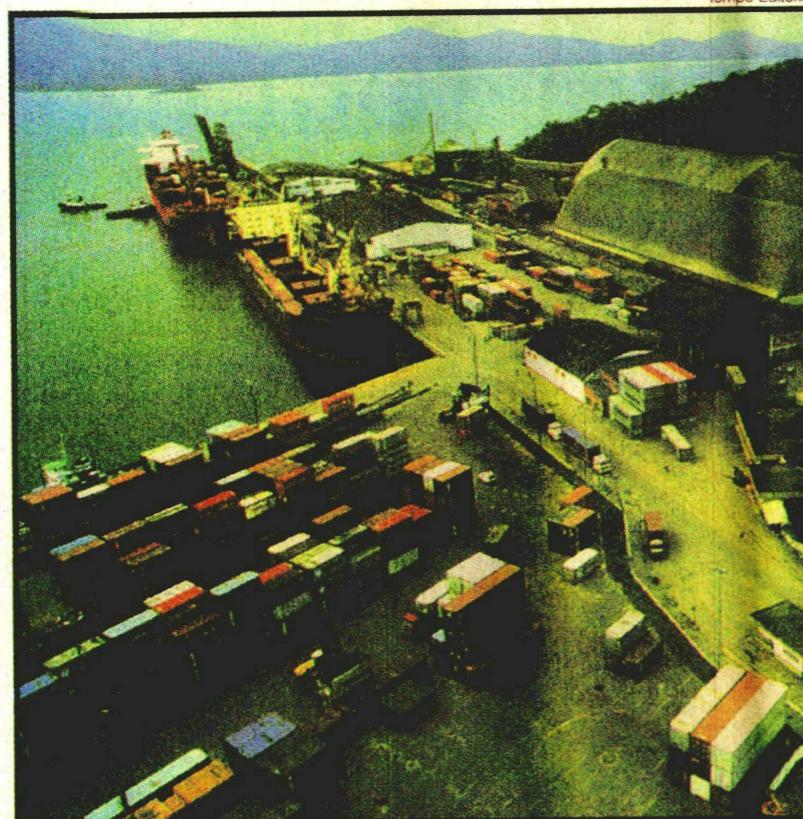


1 Exportações

O motor inicial da presente expansão é o comércio externo. A conta geradora das exportações não mostra grande coisa, mas o gráfico "A virada da exportação" indica que as vendas externas de manufaturados revertem o acumulado nos 12 meses precedentes já em julho passado.

Essa atividade representa cerca de 5% da renda nacional. É pouco e prova mais uma vez o grau de isolamento da economia brasileira. Mas o que importa neste momento é a taxa de crescimento, da ordem de 20% sobre o mesmo período de 1999. Em dinheiro, caso o ritmo permaneça sólido nos próximos meses, serão US\$ 6 bilhões adicionais no PIB. Ou seja, 1% de expansão, pelo menos um quarto daquilo que os economistas do governo projetam para este ano e até um terço se vingar a estimativa mais conservadora de bancos estrangeiros.

Problema clássico nos textos de economistas bem instruídos, a falta de dinamismo das exportações de produtos industrializados está na seiva que alimenta a vida das fábricas que operam no Brasil. Durante a recessão pavorosa de 1990-93, essa rubrica passou de US\$ 16 bilhões para US\$ 24 bilhões, numa sólida expansão de 50%. Quando o mercado interno reativou, nos seis anos que completaram a década de 90, o crescimento total foi de mo-



Não basta apenas exportar. É preciso consolidar marcas brasileiras para ampliar o mercado externo

destos 10%.

A própria indústria viga uma explicação padronizada há décadas para esse desempenho: falta de estímulo cambial, falta de estímulo de crédito e falta de agressividade nas negociações para abrir mercados protegidos. Isso é verdade, mas empurra o problema inteiro ao colo do governo. As coisas ficariam mais claras se fosse agregado um fator que percorre conversas in-

formais nos círculos de empresários, mas raramente sobe à mesa em debates públicos: a concentração das vendas externas em forma de granel ou produtos intermediários, com reduzido valor agregado.

O caso mais impressionante é o do suco de laranja. Líder na produção e comercialização do concentrado, o Brasil registra ingresso médio de US\$ 1 por quilo dessas



A ECONOMIA



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

A virada da exportação

Vendas de manufaturados ao exterior, acumuladas em 12 meses (em US\$ bilhões)

ras em mercados que se mostraram menos inóspitos a recém-chegados – Ásia e faixa oeste do Continente americano, por exemplo – faria dobrar a receita com manufaturados em cinco anos. Isso quer dizer uma base de expansão para o PIB de 1% ao ano durante meia década. Vendendo a granel, na velha lógica da economia agropecuária, será preciso a menos o dobro do tempo. E o impacto expansionista sobre a renda interna ficaria muito abaixo do que deve ser registrado neste ano. ■

2

Empregos e Salários

A estagnação longa de 30 meses impôs forte aumento na taxa oficial do desemprego metropolitano. Em cinco anos, esse indicador, que ficava em torno dos 4%, bateu acima de 7%, portanto quase o dobro. Simultaneamente, o crescimento do salário real de quem manteve seu posto de trabalho arrefeceu depois do terceiro trimestre de 1998. Adultos no auge da capacidade de gerar riqueza ingressaram no ciclo perverso do endividamento, seguido pelo temor de perder o vaga.

A demanda agregada caiu por efeito dessa reverberação do fenômeno social no econômico até meados de 1999. Desde então, há sinais de retomada no consumo, registrados em especial no aumento

da arrecadação do ICMS pelos estados. Mas o endividamento das pessoas físicas, que tinha parado de subir desde fins de 1998, só passou a declinar acentuadamente no começo deste ano, não por acaso o momento da retomada das contratações.

No geral, a demanda interna para bens de consumo de massa ficou estável nos últimos três anos de crise, graças à estabilidade nos preços. A base da pirâmide seguiu o que havia ganho com o fim da inflação. A queda no consumo de bens duráveis, brutal desde meados de 1998, ainda não recuperou os níveis anteriores. Mas será o próximo elemento dinâmico da recuperação. Pessoas com dívidas sob controle e sem medo de perder o emprego logo se

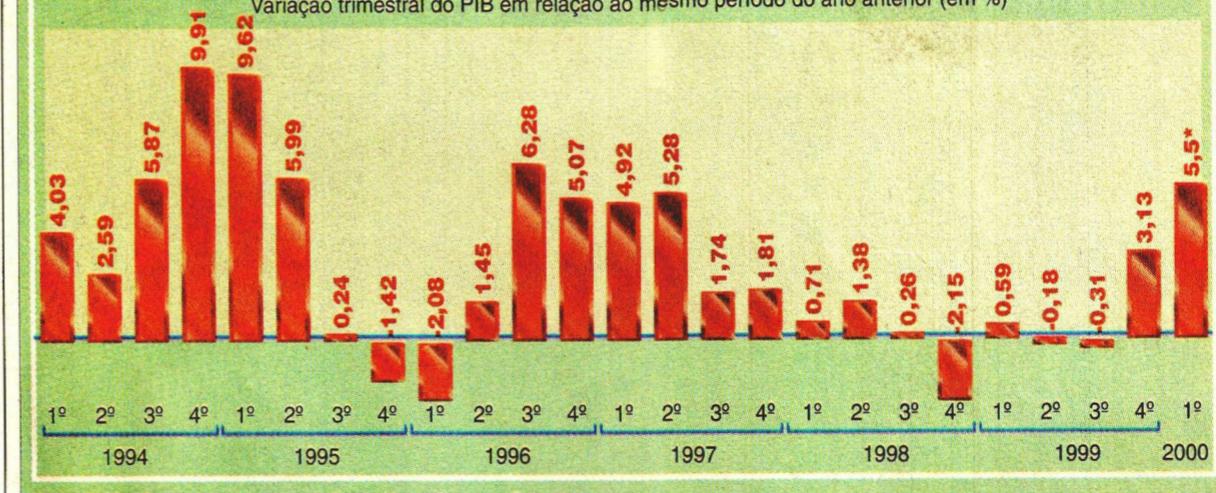
dispõem a comprar a prestação.

A perspectiva de uma inflação de demanda soa, no entanto, remota. O regresso de trabalhadores no mercado formal, a chegada no mercado das classes numerosas nascidas na metade da década de 80, antes da queda impressionante do padrão de natalidade e, sobretudo, a curva de

recuperação dos salários reais mais lenta em tais circunstâncias, garantem um período de alguns anos, pelo menos três e talvez um pouco mais, sem que o fator mão-de-obra pese outra vez na planilha de custos das empresas. Se os ganhos de produtividade com os investimentos pesados que o setor privado executou nos últimos anos forem os esperados, esse período de estabilidade pode se estender ainda mais. ■

O ritmo do crescimento

Variação trimestral do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior (em %)



Fonte: IBGE e Centro de Informações da Gazeta Mercantil *Estimativa

3

Investimentos

Contestado entre políticos na estação eleitoral, o fluxo de investimentos diretos de companhias estrangeiras ficará acima dos US\$ 25 bilhões neste ano e deve produzir outros US\$ 80 bilhões nos quatro anos seguintes.

Esse dinheiro serve desde logo para acertar as contas externas. Mas o impacto que conta para a

expansão da economia aparece nos ganhos de produtividade. O valor das vendas por empregado começou a subir aceleradamente na indústria brasileira depois de 1990 e a curva ainda está longe de arrefecer.

Na realidade, esse mecanismo torna-se cada vez mais indispensável para assegurar o crescimento nas próximas décadas, uma vez que a recente queda no índice de natalidade dá conta de que em breve haverá menos trabalhadores ingressando a cada ano no mercado de trabalho do que pes-

soas se aposentando.

O capital privado estrangeiro que está sendo investido em atividades produtivas no País entre 1998 e 2004, pelo menos US\$ 160 bilhões, segundo as estimativas do Centro de Informações deste jornal, de um total próximo de US\$ 400 bilhões em investimentos totais, é, isoladamente, a principal alavancinha para assegurar o crescimento pelo lado da oferta. É mais do que entrou de capital estrangeiro nos cinqüenta anos anteriores e resultará em impacto definitivo no sistema produtivo. ■

O crescimento do Brasil também passou por estas linhas.



ADP E GAZETA MERCANTIL: MUITAS COISAS EM COMUM

Ter uma história de 80 anos oferecendo conteúdo de alta qualidade não é para qualquer um. A ADP tem orgulho de ser a empresa responsável pela terceirização da administração de pessoal da Gazeta Mercantil. Que esta parceria de trocar informações valiosas continue por mais 80 anos. Parabéns, Gazeta Mercantil!

BPO para as áreas de Administração de Pessoal e Contábil / Fiscal/Financeira • Gestão de Pessoas • Outsourcing da Folha de Pagamento



www.adp.com.br
São Paulo: 11 3315.7575

Nove sorrisos e uma feia careta

4

Logística

Os custos de captação de matérias-primas e de distribuição estão em queda constante e progressivamente acelerada em todo o País. Os eixos de desenvolvimento, animados pelo governo federal, parecem ter efetivamente identificado e atacado os gargalos que limitavam a circulação dentro do País e o acesso aos vizinhos continentais.

O Brasil se transformou nos últimos três anos em grande importador de energia e insumos dos demais países da América do Sul, e a disseminação do uso do gás natural como fonte primária de calor sublinha a mudança da prioridade no campo energético, da autonomia absoluta desejada em meados do século XX para a busca de eficiência que predomina na alvorada do século XXI. ■



Porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA), para embarque da produção de caúlum, usado na indústria de papel

6

Competição

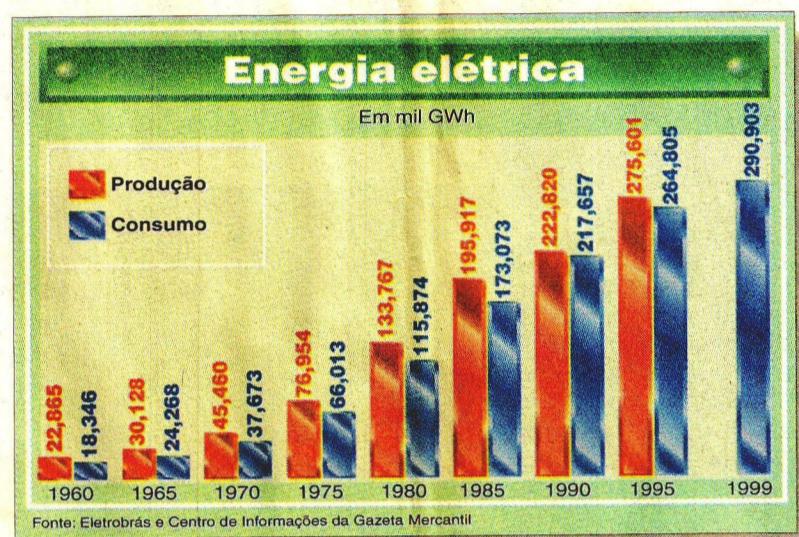
A transferência de parte substantiva dos serviços públicos, telecomunicações à frente, para capitais privados, amputou a causa talvez mais elementar da espiral inflacionária e da falta generalizada de eficiência nas atividades produtivas deste País. Mesmo com a garantia legal de reajustes nos cinco anos que seguem cada privatização, os ganhos de eficiência superam toda a expectativa.

Um dogma da década de 80, por exemplo, dizia com base nos livros do Banco Mundial que o custo médio da eletricidade entregue ao consumidor brasileiro deveria ficar acima dos US\$ 55 por MWh. O preço médio de venda no mundo que conta oscila em torno dos US\$ 22, mas a

obrigação de servir ao endividamento das concessionárias estatais brasileiras impunha sobrepreço inimigável.

Como as indústrias gritavam com razão, em nome de sua capacidade para competir, o peso das tarifas costumava desabrar sobre os ombros mais frágeis do comércio e dos usuários residenciais. Hoje, ainda que a oferta seja escassa, o preço já caiu para cerca de US\$ 40 por MWh. E fala-se em redução de 30% reais nos próximos cinco anos. Telefones, água e todos os insumos comportam-se no mesmo sentido.

Além dos serviços públicos, uma tendência cadente nas tarifas alfandegárias, determinada pela inserção da economia brasileira em blocos, criou uma oportunidade de redução geral nos custos dos fatores de produção industrializados. A recente subida do petróleo é uma exceção,



cujo impacto no índice de preços parece inexorável. Mas como o ponto de partida das barreiras a produtos importados estava entre os mais elevados do planeta, o caminho a percorrer ainda dá espaço a fortes ganhos pelo exercício da competitividade. ■

5

Contas públicas

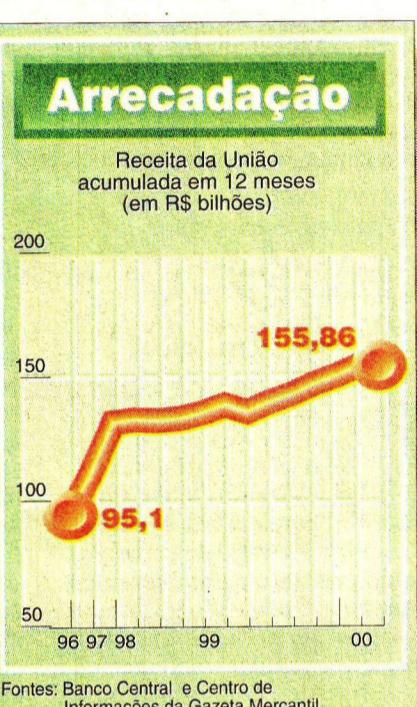
A receita federal com impostos está cerca de 10% reais acima do nível do ano passado. Os estados registram acréscimos da mesma ordem quando se observam os números sem a proteção dos indexadores exagerados, como o Índice de Preços por Atacado (IPA), que secretários de Fazenda justamente preocupados com despesas em ano eleitoral fazem questão de mandar aplicar na arrecadação.

Despesa de governo no Brasil é composta de duas partes essenciais: pessoal, praticamente estável nos últimos tempos, e juros. Nos estados, a primeira categoria toma entre dois terços e quatro quintos da arrecadação, enquanto as dívidas foram transferidas ao Tesouro. Os números da receita devem, portanto, ser analisados nominalmente. No caso do governo federal, onde os juros fazem estrago incomparável, só uma redução efetiva nos juros poderá curar o déficit, que deverá fechar este ano na casa dos 3,5%.

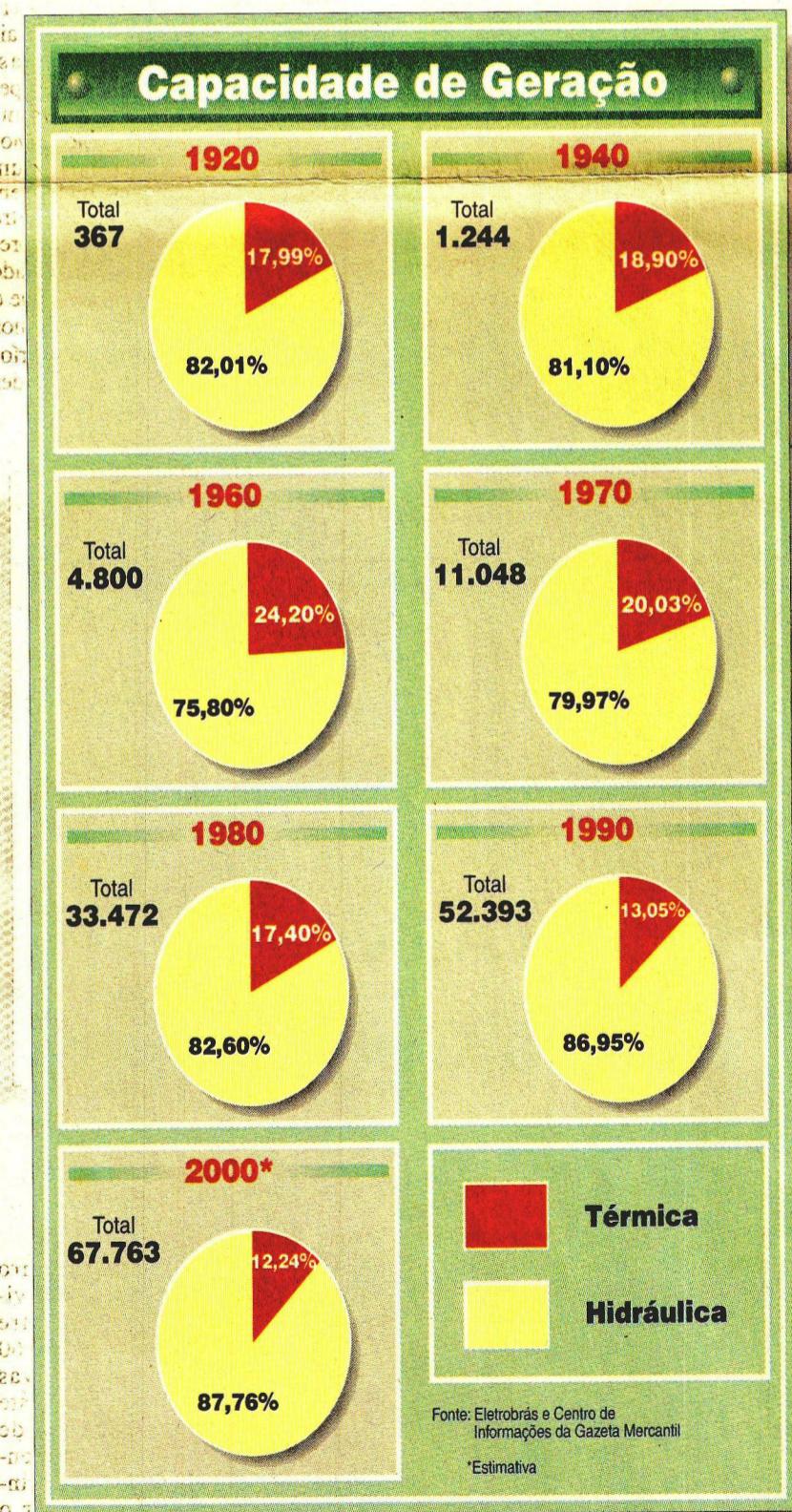
É muito em comparação a outros países, em particular os europeus, que fizeram uma força danada para se colocarem na posição de ingressar na zona do euro, apresentando para tanto um déficit inferior a 3% da renda nacional. Mas é também o menor déficit exibido por um governo brasileiro desde 1993, quando as contas ainda mostravam o benefício aritmético do confisco cambial executado no biênio 1990-91. Na verdade, mais dois anos de crescimento sólido e o governo brasileiro poderá também mostrar um déficit de 3%.

A dívida mobiliária fora do Banco Central, que triplicou nos últimos cinco anos na proporção em que os esqueletos foram retirados dos armários oficiais e, mais importante, que os juros altos foram empregados agressivamente como defesa da paridade cambial fixa, dá mostras de caminhar para a estabilidade. O nível de equilíbrio, cerca de 35% da renda nacional, não é confortável para uma economia que tem praticado juros básicos reais da ordem de 12% nos últimos meses.

Qualquer política monetária que exija remuneração acima dos 3% reais para títulos públicos só pode ser de curta duração. Mas a conta nominal de juros para 2000, estimada em R\$ 85 bilhões, assusta menos do que os R\$ 130 bilhões consumidos no ano passado. Se a tendência para 2001 se confirmar, essa rubrica cairá para cerca de R\$ 60 bilhões e não funcionará como elemento de instabilidade. ■



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil



nômico, depois de haver sido alcançado por Minas Gerais no começo da década de 90; e a região Sul tem condições de relançar seu crescimento depois de pelo menos duas décadas de estagnação.

A multiplicação de centros de decisão abre espaço para investimentos que parecem absurdos quando analisados segundo olhos e lógica dos centros tradicionais. Em países com grande extensão territorial, só a liberdade de movimentos abre espaço para o crescimento perene, como nos Estados Unidos. ■

7

Descentralização

Durante o último ciclo longo de expansão reclamava-se que São Paulo concentrava a metade do PIB nacional, tendo apenas um quinto da população. Desta vez, o estado mais industrializado tem uma participação de 37% na renda nacional. Metrópoles regionais ganharam mais autonomia; o Rio de Janeiro voltou a se destacar como o segundo polo eco-

Descobrir a América tem sido uma grande realização para a Gerdau. Uma história que começou no extremo sul do Brasil com uma pequena fábrica de pregos. De lá para cá, já se passaram quase 100 anos. Hoje, a Gerdau abriu novas fronteiras para crescer e competir na Argentina, Chile, Uruguai, Canadá e Estados Unidos. Atendendo a segmentos fundamentais da economia como os setores da construção civil, indústria metal-mecânica, automotivo e agropecuário, a Gerdau eleva o nome da indústria brasileira, oferecendo produtos e serviços de qualidade diferenciada aos seus clientes.

GO GERDAU

NOSSO PRODUTO É AÇO. NOSSO FORTE É VOCÊ.